

UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO
“PROFESSOR JOSÉ DE SOUZA HERDY”

ÁRIO E O SUBORDINACIONISMO: ORIGENS E IMPACTOS NA TRAJETÓRIA
DA IGREJA E NA CONSTRUÇÃO DA ORTODOXIA CRISTÃ

Leonardo Roberto Rosa

Duque de Caxias – RJ

2025

UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO
“PROFESSOR JOSÉ DE SOUZA HERDY”

**ÁRIO E O SUBORDINACIONISMO: ORIGENS E IMPACTOS NA TRAJETÓRIA
DA IGREJA E NA CONSTRUÇÃO DA ORTODOXIA CRISTÃ**

Leonardo Roberto Rosa

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Educação, Ciências, Letras, Artes e Humanidades da Universidade do Grande Rio como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Teologia.

Professor(a) orientador(a): Marcos Porto Freitas Da Rocha

Duque de Caxias – RJ

2025

UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO
“PROFESSOR JOSÉ DE SOUZA HERDY”

Leonardo Roberto Rosa

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Educação, Ciências, Letras, Artes e Humanidades da Universidade do Grande Rio como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Teologia.

Trabalho considerado _____ com nota _____.

Professor Orientador: Marcos Porto Freitas Da Rocha
UNIGRANRIO

Professora Dra. Examinadora: Adriana Branco Correia Souto
UNIGRANRIO

Professor Esp. Examinador: Emílio Sandro Mesquita Peçanha
UNIGRANRIO

ÁRIO E O SUBORDINACIONISMO: ORIGENS E IMPACTOS NA TRAJETÓRIA DA IGREJA E NA CONSTRUÇÃO DA ORTODOXIA CRISTÃ

Leonardo Roberto Rosa

Resumo

Este artigo examina as origens e desenvolvimento do subordinacionismo e sua culminação na controvérsia ariana do século IV. Demonstra-se que o arianismo não constituiu uma ruptura radical com a tradição cristã anterior, mas representou a radicalização de tendências subordinacionistas já presentes no cristianismo desde o século II. A investigação revela que a tensão fundamental entre a preservação do monoteísmo proveniente do judaísmo e a afirmação da divindade de Cristo gerou soluções teológicas distintas nas escolas de Alexandria e Antioquia, culminando no conflito entre Ário e Alexandre de Alexandria. O Concílio de Niceia (325 d.C.) respondeu a essa crise afirmando a consubstancialidade (*homoousios*), entre Pai e Filho estabelecendo um marco definitivo para a ortodoxia cristã.

Palavras-chave: Subordinacionismo; Arianismo; Orígenes; Concílio de Niceia.

Abstract

This article examines the origins and development of subordinationism and its culmination in the Arian controversy of the fourth century. It demonstrates that Arianism did not constitute a radical break with the previous Christian tradition, but rather represented the radicalization of subordinationist tendencies already present in Christianity since the second century. The investigation reveals that the fundamental tension between preserving monotheism derived from Judaism and affirming the divinity of Christ generated distinct theological solutions in the schools of Alexandria and Antioch, culminating in the conflict between Arius and Alexander of Alexandria. The Council of Nicaea (325 AD) responded to this crisis by affirming the consubstantiality (*homoousios*) between Father and Son, establishing a definitive milestone for Christian orthodoxy.

Keywords: Subordinationism; Arianism; Origen; Council of Nicaea.

Introdução

A controvérsia ariana do século IV d.C., frequentemente retratada como um embate entre ortodoxia nicena e heresia ariana, revela-se, sob análise mais detida, como o ápice de tensões teológicas que permeavam o cristianismo desde o século II. O problema fundamental não residia apenas na pessoa de Ário de Alexandria, mas nas diferentes tradições interpretativas sobre a natureza do *Logos* divino que se cristalizaram nas escolas de Alexandria e Antioquia.

Nos primeiros passos do cristianismo, para os primeiros cristãos, a aceitação trinitária não era um problema, pois eles tinham uma visão salvífica e missiológica das pessoas da trindade.

Nesse cenário que se expandia entre as comunidades cristãs primitivas, o desafio residia no momento que esses cristãos precisaram elaborar uma forma de apresentar uma fé trinitária, em meio a uma cultura pagã greco-romana, sem fragmentar o rigoroso monoteísmo que caracterizava o judaísmo, uma tradição que concebia Deus como uno e indivisível. Esta questão, que atravessa todo o desenvolvimento doutrinário dos primeiros séculos, encontrou em Orígenes de Alexandria (c. 185-254) uma solução sofisticada através do conceito de subordinação ontológica. Contudo, tal solução germinaria, décadas mais tarde, na crise que dividiria o cristianismo imperial e culminaria no Concílio de Nicéia (325 d.C.).

1.1. O Dilema Trinitário no Cristianismo Primitivo: A Tensão entre o Monoteísmo e a Fé Trinitária.

No contexto da Igreja primitiva, a cristalização dogmática da Trindade não emergiu como preocupação primordial, mas como expressão gradual de uma vivência eclesial orientada por imperativos missionários e salvíficos. Nesse processo de comunicação da fé, a pregação cristã evitou a fragmentação divina, abordando o mistério trinitário não como quebra-cabeça lógico a ser desvendado, mas como realidade sagrada a ser reverenciada na liturgia e na práxis comunitária.

Como observa o historiador Bruce Shelley, "a Igreja primitiva acreditava, no geral, que a Trindade era um mistério a ser honrado ou respeitado, não um simples enigma a ser solucionado por exercícios lógicos" ¹. Essa perspectiva sublinha uma abordagem devocional que priorizava a reverência ante o divino, contrapondo-se a reduções racionalistas e refletindo a complexidade de uma fé em gestação.

O dilema trinitário no cristianismo primitivo delineava uma trajetória dinâmica de negociação histórica: preservar a indivisibilidade da essência divina, fiel ao monoteísmo judaico, enquanto acolhia simultaneamente a crença na existência de um Ser divino que subsiste em três Pessoas, Pai, Filho e Espírito Santo, em um cenário que demandava tanto continuidade com as origens quanto adaptação contextual.

Essa síntese teológica foi forjada nas tensões entre cristãos de orientação judaico-monástica, que mantinham rigidez tribal e aderência às tradições judaicas, e aqueles de orientação mais helênica, gentios convertidos familiarizados com a cultura pagã. Esses novos cristãos enfrentavam o desafio de elaborar uma mensagem capaz de preservar a unidade da Trindade, evitando ao mesmo tempo qualquer forma de politeísmo.

¹ SHELLEY, Bruce L. **História do cristianismo: uma obra completa e atual sobre a trajetória da igreja cristã desde as origens até o século XXI**. Tradução de Giulina Niedhardt. 1. ed. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2018. p.138.

Para os pregadores, tratava-se de adaptar seus discursos a esse universo cultural novo, para valorizar a especificidade do Evangelho, apoiando-se em modos de pensamento diferentes. Era também necessário ditar linhas de conduta, que poderiam funcionar como sinais de identidade cristã, demarcando seus limites em relação às mentalidades e comportamentos pagãos.²

Tal esforço refletiu um processo complexo de negociação doutrinária, no qual se buscava conciliar a fé monoteísta judaica com a experiência trinitária, em meio a um contexto cultural pagão. Essa tensão foi decisiva para o desenvolvimento gradual de uma teologia trinitária, capaz de sustentar a fé cristã em sua missão e inserção sociocultural.

Essa dialética não se confinava a especulações intelectuais isoladas, mas entrelaçava-se às realidades socioculturais das comunidades cristãs emergentes, dispersos pelo Império Romano helenizado, onde a assimilação de elementos filosóficos e costumes gregos facilitava uma maior abertura interpretativa.

Essa preocupação nasce do fato de que as comunidades cristãs estavam instaladas na diáspora e eram compostas em grande parte de cristãos provindos da gentilidade, familiares às estruturas romanas. Portanto, tornava-se importante refletir seriamente sobre posicionamento face-a-face com o mundo romano e colocar fronteiras.³

Tal disparidade cultural não apenas moldou as trajetórias religiosas dos judeus convertidos ao cristianismo, mas também catalisou o florescimento teológico inicial, permitindo que o mundo helênico dialogasse com as raízes monoteístas em contextos mais cosmopolitas.

Paul Johnson, ao analisar esta distinção, observa uma diferença marcante entre esses dois grupos:

Enquanto os judeus da Judeia, e principalmente os de áreas semi judias como a Galileia, tendiam a ser pobres, retrógrados, obscurantistas, intolerantes, fundamentalistas, incultos e xenófobos, os da diáspora eram expansivos, ricos, cosmopolitas, bem ajustados às normas romanas e à cultura helênica, alfabetizados, falantes do grego e abertos a ideias. Eram, também, em notável contraste com os judeus palestinos, ávidos por disseminar sua religião. Em geral, os judeus da diáspora eram proselitizantes, com frequência de modo passional.⁴

A exposição ao helenismo no contexto do cristianismo nascente ultrapassava o mero intercâmbio cultural para adentrar no campo teológico, desempenhando um papel decisivo na

² PRIETO, Christine. **Cristianismo e paganismo: a pregação do Evangelho no mundo greco-romano**. São Paulo: Paulus, 2007. p.5.

³ Ibid., p.6

⁴ JOHNSON, Paul. **História do cristianismo**. Tradução de Cristina de Assis Serra. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2023. p.28.

difusão do evangelho entre os povos gregos e romanos. A complexidade dessa influência exigia que o cristianismo adotasse uma abordagem que tornasse sua mensagem inteligível à mentalidade helênica, implicando na incorporação reflexiva de categorias conceituais da filosofia grega. Esse processo implicava, por sua vez, uma flexibilidade considerável na adesão às tradições rabínicas e mosaicas originalmente mantidas pelos judeus palestinos. Como afirma Paul Johnson, "o êxito, em última instância, de uma missão gentílica dependeria da escala e da ousadia do trabalho de demolição promovido nesse labirinto de jurisprudência mosaica" ⁵, evidenciando a necessidade de superar as barreiras culturais e legais impostas pela rigidez do sistema mosaico para o avanço do cristianismo no ambiente greco-romano.

Este "trabalho de demolição" promovido pelo cristianismo nascente não consistiu no simples abandono das suas raízes judaicas, mas sim em sua reinterpretação e transposição para um horizonte cultural mais amplo, capaz de dialogar com as categorias filosóficas e culturais do pensamento helenístico, para se consolidar como religião verdadeiramente universal, apta a envolver os gentios não apenas pela exposição das Escrituras hebraicas, mas também pela utilização de conceitos filosóficos reconhecíveis em seu contexto. Segundo Pelikan, "a própria legitimidade do desenvolvimento do dogma cristão é desafiada com base em sua suposta helenização da mensagem original; o contraste entre as formas de pensar grega e hebraica é usado para explicar a singularidade da doutrina cristã." ⁶

Assim, esta síntese cultural permitiu que os primeiros missionários cristãos, especialmente aqueles oriundos da diáspora como o apóstolo Paulo, desenvolvessem uma linguagem teológica capaz de comunicar efetivamente os mistérios da fé cristã aos não-judeus. A teologia paulina evidencia uma hermenêutica cristocêntrica, fundamentada na revelação divina e na continuidade histórico-salvífica entre o Antigo e Novo Testamento. Em Gálatas 4:21-31, Paulo utiliza uma alegoria tipológica para distinguir duas alianças: a antiga, simbolizada por Agar, associada ao monte Sinai e à escravidão da lei; e a nova, representada por Sara, expressando a liberdade pela promessa e graça divina. "Estas coisas são alegóricas; porque estas mulheres são duas alianças(...)." ⁷

Essa alegoria empregada por Paulo evidencia a superioridade da nova aliança em Cristo, que transcende a antiga, deixando a servidão da Lei e inaugurando o tempo da graça. Assim, Paulo interpreta o Antigo Testamento à luz da obra redentora de Cristo, conferindo um sentido

⁵ Ibid., p.31.

⁶ PELIKAN, Jaroslav. **A tradição cristã: uma história do desenvolvimento da doutrina**. Vol. 1. O surgimento da tradição católica (100-600). São Paulo: Shedd Publicações, 2014. p. 34.

⁷ Bíblia. **Almeida Revista e Atualizada**. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/ara>. Acesso em: 9 set. 2025.

cristocêntrico às narrativas veterotestamentárias e garantindo a comunicação eficaz da fé aos gentios.

No entanto, o cerne do problema teológico residia no fato da hegemonia do pensamento gnóstico-helênico em certos círculos cristãos, que elevava as interpretações filosóficas gregas acima da revelação profética divina, resultando em uma síntese que fragilizava o monoteísmo judaico e complicava a compreensão ortodoxa da divindade de Cristo, configurando um desafio crucial à identidade da fé cristã primitiva.

Fílon de Alexandria, expoente da hermenêutica helenística, adotava uma metodologia distinta da de Paulo. Enquanto a alegoria paulina preservava a historicidade dos eventos bíblicos e sua orientação cristocêntrica, Fílon, influenciado pelo platonismo e estoicismo, reinterpretava as Escrituras judaicas por meio de alegorias filosóficas que orbitavam em torno de conceitos gregos fundamentais, como a distinção entre o mundo sensível e o inteligível.

A melhor expressão desse propósito, da parte dos judeus, de harmonizar sua tradição com a cultura helenística, é encontrada em Filo de Alexandria, um contemporâneo de Jesus, que se empenhou em interpretar as Escrituras judaicas de tal modo que elas fossem compatíveis com ensinamentos da Academia. De acordo com Filo, as Escrituras e Platão ensinam as mesmas coisas, embora as Escrituras usem alegorias para fazê-lo. Assim, a tarefa do intérprete sábio é mostrar o sentido eterno que pode ser encontrado por trás das alegorias escriturísticas. Filo salienta que Platão e os acadêmicos são posteriores a Moisés e por isso deve ser admitido que, com toda sua erudição, eles tinham conhecido as Escrituras, donde eles tiraram o melhor de seus ensinamentos.⁸

A metodologia alegórica de Fílon de Alexandria alinhava as Escrituras Hebraicas a conceitos filosóficos gregos, conciliando a concepção judaica de Deus como ser pessoal, singular e transcendente, ativo na história, com a filosofia grega, que negava essa pessoalidade e interação direta do divino com o mundo sensível. "O Deus de Filo é uma combinação do conceito platônico do belo e o Deus dos patriarcas e profetas. Deus é absolutamente transcendente, de forma que não existe relacionamento direto entre Deus e o mundo."⁹

Nesse contexto, desenvolveu-se a doutrina do *Logos* como emanção divina subordinada ao Deus transcendente, mediando ontologicamente o mundo ideal platônico e a realidade material. Essa foi uma das primeiras sistematizações que integrou a tradição monoteísta judaica ao pensamento helenístico, influenciando o desenvolvimento da teologia cristã posterior.

⁸ GONZALEZ, Justo L. **Uma história do pensamento cristão: do início até o Concílio de Calcedônia**. Vol. 1. São Paulo: Cultura Cristã, 2004. p.43.

⁹ Ibid., p.44.

Por ser Deus absolutamente transcendente e porque, em seus momentos mais platônicos, Filo concebe que Deus é um ser impassível, o relacionamento entre Deus e o mundo requer outros seres intermediários.¹⁰

Por outro lado, a teologia cristã primitiva, especialmente no Evangelho de João, desenvolveu o *Logos* (palavra) como pessoa divina, coeterna e consubstancial com o Pai, que não apenas media o mundo, mas se encarnou em Jesus Cristo. O *Logos* cristão possui tanto a natureza transcendente de Deus quanto a efetiva e pessoal intervenção na história humana, revelando-se salvador. Assim, enquanto o *Logos* cristão é uma realidade teológica centrada na encarnação e redenção, o *Logos* de Fílon é uma hipótese filosófica para explicar a mediação divina com o mundo material.

O método alegórico de Fílon concebia esta estrutura hierárquica como solução que preservava o monoteísmo ao evitar a multiplicidade de deuses, mas simultaneamente introduzia hierarquias ontológicas de inspiração platônica que ecoariam significativamente nas controvérsias cristãs posteriores. Esta doutrina, embora pareça muito útil, num primeiro momento, não é exegese de um texto bíblico, e sim um esforço para entendê-lo de uma forma que a mente helenística o ache aceitável.

Embora Fílon não fosse cristão, sua síntese sofisticada de judaísmo e helenismo pavimentou o terreno para pensadores cristãos posteriores, especialmente os apologistas do século II, que adotaram ferramentas hermenêuticas semelhantes para defender a divindade de Cristo. Esta influência indireta sobre o desenvolvimento da teologia cristã primitiva revelou-se tanto frutífera quanto problemática, fornecendo instrumentos conceituais para a articulação da fé cristã no ambiente helênico, mas também introduzindo tensões subordinacionistas que culminariam nas grandes controvérsias cristológicas dos séculos posteriores.

Assim, a metodologia filoniana representava uma dupla herança: por um lado, oferecia um modelo de diálogo intercultural entre fé bíblica e filosofia grega; por outro, estabelecia precedentes interpretativos que, quando aplicados à cristologia, gerariam desafios teológicos duradouros para a articulação ortodoxa da natureza divina de Cristo.

1.2 As Raízes do Subordinacionismo na Tradição Cristã

O contexto do mundo mediterrâneo nos séculos I, II e III constitui o pano de fundo essencial para compreender o desabrochar da teologia cristã. As comunidades judaicas, os judeus helenistas e as primeiras comunidades cristãs se tornaram protagonistas de uma

¹⁰ Ibid.

produção intelectual por meio do debate no mundo mediterrâneo.¹¹ A partir da fundação de comunidades em importantes centros urbanos, como Roma, na Itália, e Alexandria, no Egito estendendo-se por outras regiões de língua grega.

Os principais centros de reflexão teológica durante os primeiros séculos do cristianismo foram Catargo, Alexandria e uma região a nordeste da bacia do Mediterrâneo que incluía tanto a Síria, como Antioquia, sua capital, quanto a Ásia Menor¹²

A expansão do cristianismo além dos limites da Judéia proporcionada pela *pax*¹³ romana não se deu senão sob a égide de profundos embates epistemológicos e perseguições por parte do Império que caracterizaram o avanço da fé cristã. A mensagem cristã não foi transmitida em meio a um abismo cultural, mas precisou se fazer entender em um contexto cultural específico e em meio a uma diversidade de filosofias e um extenso mosaico de correntes religiosas. Não se tratava meramente de uma difusão da mensagem, ou *kerygma* cristão, mas de um choque cultural entre duas cosmovisões radicalmente distintas: uma revelação judaico-cristã e a outra na tradição helenística que estruturou toda a vida intelectual e religiosa do Império Romano.

Embora a Igreja primitiva do primeiro século não possuísse, inicialmente, a pretensão de elaborar uma ortodoxia trinitária e cristológica de caráter sistemático — uma vez que a experiência vivencial com Cristo ressurreto ainda se mantinha latente —, o avanço histórico da fé cristã, inserida em um contexto cultural marcado pelo politeísmo greco-romano e pela herança monoteísta judaica, gerou tensões teológicas e hermenêuticas que demandaram da comunidade cristã uma análise progressivamente mais rigorosa e estruturada acerca de Deus Pai e da natureza de Jesus Cristo.

À medida que o cristianismo se espalhava e atraía seguidores provenientes de diversas tradições filosóficas e religiosas, surgiram questionamentos sobre como conciliar a afirmação da existência de um único Deus — fundamento inegociável da fé herdada do judaísmo — com a pluralidade das Pessoas divinas, em especial a relação entre Pai e Filho. Essa tensão entre monoteísmo e a revelação trinitária, embora desafiadora, constituiu o cerne de uma série de debates internos e externos à igreja que caracterizaram os primeiros séculos do desenvolvimento teológico cristão, contribuindo para construção ortodoxa da fé trinitária. "Mas antes que essa crença e esse ensinamento se desenvolvessem na confissão da Trindade

¹¹ WALKER, Williston. **História da Igreja Cristã**. 3. ed. Vol. 3. São Paulo: ASTE, 2006. p. 58.

¹² GONZÁLEZ, Justo L. **Tradições Cristãs: Retorno à História do Pensamento Cristão: três tipos de teologia**. São Paulo: Hagnos, 2011. p. 33.

¹³ *Pax*: a paz romana. Quando o cristianismo surgiu, o Império Romano desfrutava de paz. (PABLO A. Deiros. **História Global do Cristianismo**. 1ª ed. São Paulo: Editora Vida, 2020. p. 52.)

e no dogma da pessoa de Cristo se passariam séculos de esclarecimento e controvérsia e a relação dessa crença com a gama completa da doutrina cristã tinha de ser definida".¹⁴

Entre as primeiras controvérsias que iriam aparecer no seio das comunidades cristãs, ganhou proeminência a negação da natureza transcendente e humana de Cristo, uma vez que "A declaração de que ele que era Deus tinha sofrido trouxe à tona algumas das primeiras controvérsias doutrinárias da igreja"¹⁵. Nesse contexto, tanto internamente como externamente ao cristianismo, vários pensadores, ao tentarem compreender a integração dessas duas naturezas em uma única pessoa — sem que isso implicasse a negação do monoteísmo essencial à fé cristã —, deram origem a múltiplas correntes teológicas, algumas das quais foram posteriormente classificadas como heresias, a exemplo do gnosticismo, do docetismo, do adocionismo, do modalismo e do arianismo. Algumas negam a encarnação de maneira indireta, admitindo a união em grau inferior e, portanto, favorecendo uma Cristologia inconsistente com aquela pregada pelos apóstolos. Outras, mesmo reconhecendo a união das naturezas divina e humana em Cristo, não as consideram em igualdade com o Pai.

O gnosticismo era uma dessas correntes que agia de forma parasitária dentro do cristianismo ao reinterpretar seus fundamentos, ensinando um mundo criado por um demiurgo¹⁶ que não é o verdadeiro Deus e, portanto, menor. Para o gnosticismo, o único Ser verdadeiro deve libertar as almas do mundo físico e da carne, e essa a libertação é uma revelação de conhecimento "gnose" que oferece a felicidade e a liberdade a quem a possui. Dentro dessa perspectiva dualista e platônica, a primeira entidade está acima da criação e é inatingível. Assim, Cristo representado pelo demiurgo platônico não é divino, já que foi criado.

O docetismo¹⁷, por sua vez, uma vertente do gnosticismo, proclamava que a encarnação de Jesus Cristo era apenas aparente, não teria um corpo verdadeiro, mas apenas a aparência física de um corpo humano. Logo, seu nascimento, crescimento, dor e morte, seriam apenas uma ilusão e, conseqüentemente, os sofrimentos também. Essa visão, que se fundamenta no conceito de encarnação apenas aparente, destrói a salvação, a real união divina-humana, o

¹⁴ PELIKAN, Jaroslav. **A tradição cristã: uma história do desenvolvimento da doutrina**. Vol. 1, p. 186.

¹⁵ Ibid.

¹⁶ O mundo inteligível resulta da cooperação bipolar imediata dos dois Princípios supremos; o mundo sensível, ao contrário, tem a necessidade de um mediador, de um Deus-artífice que Platão chama de "Demiurgo"; este cria o mundo animado pela bondade: toma como modelo as idéias e plasma a chora, isto é, o receptáculo material informe. O demiurgo procura descer na realidade física os modelos do mundo ideal, em funções das figuras geométricas e dos números. (REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da filosofia: filosofia pagã antiga**, V. 1 - São Paulo: Paulus, 2003. p. 106).

¹⁷ Uma tendência cristológica diretamente oposta, que na prática eliminava a humanidade do Senhor, é um fator que deve ser levado em conta a partir da era apostólica. (KELLY, J. N. D. **Patrística: Origem e desenvolvimento das doutrinas centrais da fé cristã**. São Paulo: Vida Nova, 1994. p. 104).

verdadeiro sacrifício, a certeza da redenção, a doutrinação moral e a salvação por meio da ressurreição.

Grande parte da problemática teológica nas comunidades cristãs decorria de interpretações equivocadas, que combinavam de modo descontextualizado passagens das Escrituras Sagradas com conceitos filosóficos, evoluindo frequentemente para doutrinas consideradas heréticas. De acordo com Pelikan,

No esforço cristão para fonecer o alicerce bíblico e a definição teológica para a doutrina de que Cristo é Deus discernimos pelo menos quatro conjuntos de passagens do Antigo Testamento que, quando interpretadas pelo método apropriado e combinadas com suas contrapartes do Novo Testamento, falam de Cristo como divino: passagens de adoção que ao identificar um ponto no tempo no qual ele se tornou divino indicam que a condição de Deus foi conferida ao homem Jesus Cristo em seu batismo ou em sua ressurreição; passagens de identidades que ao falar de Iavé como "o Senhor" fixam um simples identificação de Cristo com Deus; as passagens de distinção que ao falar de um "Senhor" e de outro "Senhor" traçam algumas diferenças entre eles; as passagens de derivação que ao se referir ao Pai como "o maior" ou usando títulos, como anjo, Espírito, Logos e Filho, sugerem que ele "veio de" Deus e em algum sentido, era menos que Deus.¹⁸

No cerne dessas controvérsias, a inteireza da natureza humana de Cristo e a sua divindade não eram questões à parte, mas apenas uma que faz parte de um debate mais amplo: a defesa da unicidade divina. Ao defender a síntese apostólica do monoteísmo numa forma de revelação trinitária, a primeira resposta que encontraram foram formular um teologia cristológica **Geracional** e como a pessoa do Filho seria o mediador do Deus invisível.

Nos séculos II, e boa parte do III adentrando ao IV foi marcado por uma intensa efervescência intelectual de debates apologéticos. Pensadores cristãos estabeleceram diálogos com o platonismo, o estoicismo, além de enfrentar todas as correntes heréticas que se levantavam, indo ao encontro dos desafios internos e externos à fé cristã. "A tarefa de defender a fé diante dessa classe de ataques produziu algumas obras teológicas do século II. E ainda nos séculos III e IV não faltou quem continuasse essa tradição".¹⁹

Três modelos teológicos foram produzidos nos embates pelos apologistas dos séculos II e III, entre os quais se destacam Irineu de Lião, Tertuliano, Clemente de Alexandria e seu discípulo Orígenes, principal expoente da teologia alexandrina.

As formas pelas quais cada um deles alcançou a compreensão da fé cristã, assim como o legado de suas construções teológicas, revelam-se distintas, atribuindo-se tais diferenças, em grande medida, ao contexto geográfico dessa produção teológica, o tema de ataque por parte

¹⁸ PELIKAN, Jaroslav. **A tradição cristã: uma história do desenvolvimento da doutrina**. Vol. 1, p. 188.

¹⁹ GONZÁLEZ, Justo L. **História ilustrada do cristianismo: a era dos mártires até a era dos sonhos frustrados** – 2. Ed. São Paulo: Vida Nova, 2011. p.59.

da corrente herética e à influência de seus predecessores. "Portanto, assim como podemos caracterizar a teologia de Tertuliano sob o título da Lei, e a de Orígenes sob o de Verdade, também podemos dizer que o tema central da teologia de Irineu é a História".²⁰

1.3 Orígenes de Alexandria: A Geração Eterna e a Subordinação Ontológica.

Alexandria, como uma das cidades mais helenizadas do mundo antigo, ostentava uma proeminência singular da filosofia grega em seu tecido cultural. Contudo, sua condição de rota comercial estratégica fomentava o fluxo contínuo de todos os tipos de povos, que levavam as mais diversas filosofias e tradições religiosas, configurando um terreno propício ao desenvolvimento da teológica cristã e à disseminação da fé.

O mosaico religioso da cidade incluía ainda astrólogos de Mesopotâmia, dualistas persas, devotos dos antigos deuses do Egito e proponentes de outras incontáveis doutrinas que às vezes se misturavam de tal modo que era impossível distingui-las.²¹

A teologia de Orígenes não foi feita de forma esparsa no tempo, mas a partir da influência do seu chão cultural e dos diálogos apologéticos que construiu em defesa da fé. Mesmo sendo um grande defensor das Escrituras, Orígenes não abdicou da filosofia Platônica para articular suas defesas. O seu intelecto, moldado pela filosofia Platônica e judaico-cristã, vai ser a fonte da sua produção teológica, adaptando o platonismo médio à ortodoxia cristã – o que o próprio judaísmo já tinha realizado anteriormente por meio do Logos de Filo de Alexandria, conforme já abordado no tópico 1.1.

Orígenes absorveu esta estrutura conceitual e a desenvolveu com uma sofisticação ainda maior. Apoiando-se tanto na metafísica platônica quanto no neoplatonismo que estava começando a surgir, particularmente através de sua familiaridade com Amônio Sacas²², Orígenes reconceituou a relação trinitária em termos ontológicos. Nessa perspectiva, O Pai corresponde ao princípio supremo e absolutamente transcendente, análogo ao "Uno" de Plotino²³, que é a fonte e origem de toda realidade. "A meta da filosofia, de acordo com todos

²⁰ González, Justo. *Tradições Cristãs: Retorno à História do Pensamento Cristão: três tipos de teologia*. São Paulo: Hagnos. p. 37.

²¹ Ibid., p. 27.

²² O mais famoso mestre dessa filosofia durante a juventude de Orígenes foi Amônio Sacas, entre cujos discípulos se encontrava Plotino, o grande proponente do neoplatonismo místico e provavelmente o próprio Orígenes. (González, Justo. *Tradições Cristãs: Retorno à História do Pensamento Cristão: três tipos de teologia*. p. 31-32.)

²³ Segundo Plotino, todo ente é tal em virtude de sua "unidade": retirado a unidade em diversos níveis, mas todos pressupõe um princípio supremo de unidade, que ele denomina precisamente de "Uno", e o concebe "acima" do ser e da inteligência. (REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da filosofia: filosofia pagã antiga*, V. 1, p. 358).

eles, era chegar ao Uno inefável, eterno e imutável"²⁴.

Orígenes concebe o Logos como uma processão eterna do Pai, não tendo início, não no sentido de criação temporal, mas de uma emanção metafísica eterna e intrínseca à essência do Pai. Enquanto algumas correntes teológicas, ao tentarem elucidar a encarnação do Filho, postulavam que Ele teria sido adotado pelo Pai ou que sua forma encarnada não passava de um mero espectro, Orígenes vai defender a noção de que Cristo como Filho "Unigênito"²⁵ (*monogenes*) na forma de uma **Geração eterna**.

O Logos, como Filho, é eternamente gerado pela vontade do Pai. Desse modo, quando o termo gerado é aplicado ao Filho, não subentende a idéia de começo, conforme a palavra geralmente significa. Antes, subentende um processo e um relacionamento eternos.²⁶

A doutrina da Geração Eterna do Filho constitui uma das coroas da produção teológica de Orígenes, e sua compreensão exige reconhecimento de sua raiz platônica. Assim como, em Platão, as Idéias não são criadas no tempo, mas existem eternamente, participando da realidade do Bem que as transcende, também o Logos de Orígenes existe eternamente como emanção continua do Pai. Diante disso, Orígenes desenvolveu a doutrina das três hipóstases²⁷ (substâncias), que buscava preservar a divindade do *Logos* ao mesmo tempo em que assegurava a unicidade de Deus. Contudo, está formulação, para não cair no monarquianismo, implicava uma subordinação trinitária hierárquica: Pai, Filho e Espírito Santo.

[...] Platão podia conceber o complexo das Idéias como um sistema hierarquicamente organizado e ordenado, no qual as Idéias inferiores implicam as superiores, numa ascensão contínua até a Idéia que condiciona todas as outras e não é condicionada por nenhuma delas (o incondicionado ou o absoluto).²⁸

Aqui reside a gênese subordinacionistas de Orígenes, que também pode ser observada nas produções teológicas de Tertuliano e Hipólito de Roma e que é frequentemente criticado pela tradição posterior, mas originado não de um entendimento de Inferioridade do Filho em relação ao Pai, mas sim da necessidade intelectual teológica de harmonizar a transcendência

²⁴ González, Justo. *Tradições Cristãs: Retorno à História do Pensamento Cristão: três tipos de teologia*. São Paulo: Hagnos. p. 32.

²⁵ A palavra "unigênito" significa "único de sua espécie", ainda que, provavelmente, tenhamos ali a idéia de uma *eterna geração*: o Filho nunca teve começo, mas sempre foi o Filho. Nesse caso, o termo refere-se à posição de Cristo e Sua relação com a deidade, não se devendo pensar em qualquer ponto dentro do tempo. (CHAMPLIN, R. N., *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia vol 2*, p. 891).

²⁶ CHAMPLIN, R. N., *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia vol 2*, p. 890.

²⁷ ALBERIGO, Giuseppe (Org.). *História dos concílios ecumênicos*. Tradução de José Maria de Almeida. São Paulo: Paulus, 1995. p. 19.

²⁸ REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da filosofia: filosofia pagã antiga, V. 1* - São Paulo: Paulus, 2003. p. 141.

absoluta de Deus com a realidade da encarnação. O subordinacionismo de Orígenes não implicava inferioridade moral, divisão de essência ou negação da consubstancialidade – embora sua interpretação possa conter pressupostos plotinianos²⁹ –, mas sim uma hierarquia de ordem e dependência: o Pai constitui o pilar fundamental da Trindade, sem o qual está não existiria, ao passo que, a existência do Filho se constrói a partir desse pilar, que funciona como a pedra angular que sustenta e interliga toda a estrutura trinitária. A importância dessa consideração reside justamente na demonstração de que, antes do estabelecimento de uma ortodoxia trinitária, existia interna a ela uma questão de "subordinação" para ser solucionada, pois essa dependência do Filho está ligada diretamente à afirmação da sua divindade.

Assim como o ser inteligível platônico supera o sensível sem destruir sua realidade participativa, o Pai transcende o Filho sem negá-lo, embora este último se posicione em uma relação de subordinação.

A mediação do Logos na cosmologia de Orígenes reproduz, portanto, a estrutura platônica dos mundos. O Logos funciona como o princípio mediante o qual o incriado atinge o criado, a eternidade toca o tempo, a transcendência torna-se imanência. Sem o Logos como mediador eterno, a criação seria impossível, uma vez que o Deus absolutamente transcendente não pode estabelecer uma comunicação direta com o cosmos finito. Paralelamente, a encarnação careceria de um fundamento metafísico, de modo que Cristo não se limitaria a um evento salvífico particular e contingente, mas representaria a manifestação suprema daquela mediação metafísica que sustenta a totalidade da realidade. A obra soteriológica de Cristo, portanto, não começaria na sua encarnação na história, mas estende-se para aquela função mediadora, na qual sem o Logos afetaria permanentemente toda estrutura daquilo que é criado. Essa estrutura pode ser observada em João 1:3, onde se afirma: "Todas as coisas foram feitas por intermédio dele, e, sem ele, nada do que foi feito se fez."³⁰

Esta perspectiva hermenêutica em Orígenes denota um apologeta genuinamente preocupado em manter coerência entre a herança platônica e a revelação cristã, o que permite compreender por que sua teologia não foi simplesmente ignorada, mas antes revisitada e ressignificada pelos Pais Capadócijs. Atanásio, Basílio e Gregório refutaram de fato as interpretações mais radicalmente subordinacionistas do arianismo, mas não

²⁹ Para Plotino a realidade se articula em três hipóstases (= substâncias): o Uno, a inteligência/Espírito, e a Alma). (REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da filosofia: filosofia pagã antiga**, V. 1, p. 355).

³⁰ BÍBLIA. Almeida Revista e Atualizada. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/ara>. Acesso em: 02 nov. 2025.

rejeitaram integralmente o arcabouço conceitual origenista. Antes, refinaram-no, propondo que o Filho, embora eternamente gerado, partilha plenamente da essência divina, preservando, assim, tanto a estrutura da Geração Eterna do Filho quanto a plenitude divina de Cristo.

A ortodoxia nicena, como vamos observar não deve ser compreendida como negação absoluta da produção teológica origeniana, mas como catalizadora para o refinamento da teologia que Orígenes e os demais apologistas cristãos desenvolveram na defesa da fé cristã e na busca por uma melhor compreensão do mistério da Trindade. O Concílio de Niceia, nesse sentido, não encerra, mas consolida e aprofunda a reflexão trinitária e cristológica iniciada nos séculos anteriores, estabelecendo os critérios hermenêuticos e dogmáticos que distinguem a ortodoxia da heterodoxia no tratamento das Pessoas divinas.

A influência de Orígenes estendeu-se por toda a teologia oriental posterior. Seu conceito de Geração Eterna forneceu o alicerce conceitual dentro do qual se desenvolveriam tanto a teologia de Ário quanto a de seus opositores nicenos.

1.4 As Escolas de Alexandria e Antioquia: Divergências Hermenêuticas e suas Implicações Cristológicas

As escolas teológicas de Alexandria e Antioquia representam, no século III, duas fontes interpretativas que marcariam profundamente o desenvolvimento da cristologia.

A teologia origenista, produzida em meio ao sincretismo filosófico de Alexandria, rompeu os seus limites, tornando-se referência para construções teológicas posteriores em diversos centros cristãos. Contudo, a recepção dessa herança não foi unanime e sem questionamentos. "[...] a Cesaréia Palestina, onde Orígenes havia ensinado durante os últimos anos de sua vida e onde sua biblioteca foi mantida, tornou-se um centro para difusão de seus ideais. Por outro lado, não eram poucos os oponentes dessa tradição."³¹ Enquanto alguns teólogos abraçavam a síntese origenista entre fé cristã e filosofia platônica, outros, especialmente aqueles situados em contextos geográficos e culturais diferentes, elaboraram respostas teológicas que, mantendo certos pressupostos origenistas, os submeteram a críticas e reformulações.

A Escola de Antioquia exemplifica essa dinâmica de recepção crítica a teologia Alexandrina. Situada geograficamente na Síria, próxima à Judeia, e inserida em um contexto de forte presença de tradições judaicas – onde se desdobraram muitos dos eventos do Novo

³¹ WALKER, Williston. **História da Igreja Cristã**. 3. ed. Vol. 3, p. 144.

Testamento –, desenvolveu uma produção teológica que se caracterizava por sua rejeição à helenização excessiva da fé cristã. Enquanto Alexandria priorizava a mediação filosófica entre razão grega e revelação cristã, Antioquia enfatizava a primazia de uma exegese literal e historicamente contextualizada das Escrituras, mantendo-se em diálogo mais estreito com as tradições hermenêuticas judaicas.

Antioquia ficava perto da Palestina, e tanto na cidade como em suas vizinhanças havia muitos judeus que constantemente serviam de advertência aos cristãos, lembrando-lhes o sentido literal e histórico das Escrituras. As terras em que Jesus viveu e caminhou estavam próximas; por isso, não era possível prescindir do Jesus Histórico ou relegá-lo a segundo plano. Além disso, desde tempos antiquíssimos, os intérpretes antioquenos encararam a Bíblia não como conjunto de alegorias, mas como uma narração que contava as relações de Deus com seu povo e sua criação. Para eles, isto era mais importante que as verdades eternas.³²

As divergências hermenêuticas dessas duas escolas, implicavam consequências decisivas para elaboração de uma cristologia ortodoxa: ao passo que a tradição Alexandria herdeira da tradição platônica mediada por Filo e intensificada por Orígenes, enfatizava a dimensão metafísica de Cristo, como o Logos eterno capaz de perpassar toda realidade criada, Antioquia acentuava o Jesus Histórico como figura que não poderia ser explicada apenas por conceitos filosóficos abstratos. Assim, onde Alexandria buscava verdades em estruturas metafísicas e transcendentais, Antioquia a ancorava em eventos concretos que expressavam a vontade divina no curso da história.

A expressão dessa divergência antioquena pode ser encontrada na teologia de Paulo de Samósata, rompendo com a síntese origenista. Enquanto Orígenes concebia o Logos como uma Geração Eterna do Pai, a teologia de Paulo recusava-se a atribuir a Jesus uma realidade pré-existente, limitando-o a uma função historicamente específica e temporal. "Portanto, a união entre Jesus e o Logos não era ontológica, mas análoga à união entre o cristão e o 'homem interior' ou entre os profetas do Antigo Testamento e o Espírito Inspirador."³³

Ao rejeitar tanto a exegese alegórica alexandrina quanto a metafísica platônica do *Logos* eterno, Paulo de Samósata propõe uma cristologia rigorosamente histórica, onde somente um homem, em sua totalidade desde a origem, poderia receber de modo pleno a habitação do *Logos*, garantindo assim a realidade integral da encarnação sem cair no docetismo. Dentro dessa perspectiva, Jesus se apresenta como modelo supremo de obediência humana: pela

³² GONZÁLEZ, Justo L. **História ilustrada do cristianismo: a era dos mártires até a era dos sonhos frustrados** – 2. Ed. p. 277-278.

³³ PELIKAN, Jaroslav. **A tradição cristã: uma história do desenvolvimento da doutrina**. Vol. 1, p. 189.

fidelidade absoluta, atrai sobre si a *dynamis* divina e é constituído Filho por adoção.³⁴

Essa concepção, também conhecida como monarquianismo dinâmico, preserva rigorosamente a transcendência absoluta do Pai – único Deus verdadeiro – enquanto explica a divinização de Cristo sem recorrer à Geração Eterna do Filho usada por Orígenes. O Verbo não se faz carne no sentido de uma hipóstase eterna assumindo a humanidade; ao contrário, a carne humana de Jesus é elevada progressivamente à condição de portadora perfeita da sabedoria, Espírito ou Logos.

Embora hoje o adocionismo seja mais comumente denominado de "monarquianismo adocionista" ou de "monarquianismo dinâmico", o rótulo de "monarquianista" parece ter sido inventado por Tertuliano para designar aqueles que, declarando que "mantemos a monarquia", protegiam a "monarquia" da divindade ao enfatizar a identidade do filho com o Pai sem especificar a distinção entre eles com igual precisão.³⁵

Embora a cristologia de Paulo de Samósata afirme a elevação última de Cristo, rejeita qualquer noção de Geração Eterna do Filho ou consubstancialidade (*homoousios*) presente em Orígenes e expande o caminho para tendências subordinacionistas posteriores, que preparariam o terreno para o arianismo. "Contra o trinitarianismo pluralista dos origenistas, ele enfatizava a unidade de Deus e explicava a encarnação como instância do Logos divino habitando uma pessoa humana."³⁶ Sua importância, contudo, não reside apenas no caráter precursor, mas na lucidez e sutileza com que expôs a tensão entre a metafísica helenística da preexistência e a exigência de uma revelação que se realiza integralmente dentro da história. Paulo de Samósata representa, assim, um ponto de resistência antioquena à hermenêutica alexandrina, antecipando as aporias que somente o Concílio de Niceia (325) e Calcedônia (451) lograriam superar mediante uma síntese nova e ainda mais sofisticada em busca de uma cristologia ortodoxa.

A teologia antioquena articulada por Paulo de Samósata, em sua tentativa de explicar a divinização de Jesus Cristo por meio da *dynamis* do Logos divino, não representou a única forma de resistência ao alegorismo alexandrino. Pelo contrário, ela pavimentou o caminho para outro pilar dessa oposição: Luciano de Antioquia, cuja vida e obra são conhecidas apenas por relatos fragmentários. "Pouco sabemos das doutrinas de Luciano, exceto que procurava sintetizar essas linhas de pensamento considerando o *Logos* subordinado a Deus."³⁷

³⁴ IRVIN, Dale T.; SUNQUIST Scott W., **História do movimento cristão mundial: do cristianismo primitivo a 1453**, Vol I, p.223).

³⁵ PELIKAN, Jaroslav. **A tradição cristã: uma história do desenvolvimento da doutrina**. Vol. 1, p. 189.

³⁶ WALKER, Williston. **História da Igreja Cristã**. 3. ed. Vol. 3, p. 144.

³⁷ IRVIN, Dale T.; SUNQUIST Scott W., **História do movimento cristão mundial: do cristianismo primitivo a 1453**, Vol I, p.224.

Sua teologia, embora bebesse do subordinacionismo de Orígenes, rejeitava sua hermenêutica alegórica, propondo em seu lugar uma abordagem que se tornaria o traço distintivo da tradição antioquena: a primazia absoluta do sentido histórico-gramatical como o único fundamento legítimo da exegese bíblica. Para Luciano, o texto sagrado não requeria os métodos especulativos platônicos de Orígenes, com suas múltiplas camadas alegóricas que obscureciam o plano histórico da salvação. Em vez disso, ele visava restaurar a pureza literal do depósito apostólico, contrapondo-se às harmonizações e tendências alegóricas que diluíam o sentido originário das Escrituras, e privilegiando assim uma exegese rigorosamente literal.

Embora pareça que ele foi um origenista em todos os outros sentidos, Luciano se opunha à interpretação alegórica dos alexandrinos. Ele implantou em Antioquia um estudo das Escrituras de acordo com o método histórico-gramatical. Este método tornava o texto sagrado muito mais difícil de manipular para vantagem de alguém.³⁸

Em Luciano, Antioquia encontrou sua voz própria: não a de um simples movimento anti-alexandrino reacionário, mas a de uma teologia que ousava afirmar que Deus só se revelou de verdade quando se fez encarnado dentro da história.

É precisamente nessa ênfase na letra como *locus* teológico irreduzível que talvez se possa encontrar a filiação direta de Ário a Luciano. A recusa antioquena em dissolver a absoluta transcendência de Deus e a humanidade histórica de Jesus, em um Logos eterno que a transcende ou a absorve toda sua humanidade, abre caminho permitindo assim que Ário, bebendo dessa fonte, construísse sua própria cristologia subordinacionista mais radicalizada. Assim, o legado de Luciano na criação do instrumento hermenêutico, nas mãos Ário, permitiria tanto a mais vigorosa defesa da integridade das duas naturezas em Calcedônia quanto a mais radical contestação da consubstancialidade em Nicéia.

1.5 Os Pilares da Teologia Ariana Subordinacionista

Chega-se, portanto, ao cerne desta pesquisa: Ário, presbítero alexandrino e as implicações do seu subordinacionismo extremo. A controvérsia ariana é uma questão trinitária e cristológica que afetou a comunidade cristã em diversos aspectos. À teologia do *Logos* proposta por Ário e as suas implicações dogmáticas para a doutrina da divindade de Cristo são de essencial compreensão.³⁹

A origem do arianismo não é bem conhecida. Filósofos como Platão, Filon de Alexandria e, até mesmo, Plotino teriam influenciado o pensamento de Ário. A leitura que

³⁸ GONZALEZ, Justo L. **Uma história do pensamento cristão: do início até o Concílio de Calcedônia**. Vol. 1, p.252.

³⁹ WALKER, Williston. **História da Igreja Cristã**. 3. ed. Vol. 3, p. 156.

Ário fez da obra dos seus predecessores, com suas percepções ou conclusões, e a interpretação que dele fez a Igreja, levaram ao surgimento da célebre polêmica sobre o *homoousios*, confissão ou crença na consubstancialidade de Cristo com Deus o Pai. Os conceitos de *ousia*, *hypostasis* e *logos* são centrais nessa controversa. Ário, e posteriormente seus intérpretes, empregaram esses conceitos em sentidos distintos, o que associou a origem e a geração de Cristo à sua criação e, conseqüentemente, originando a criação do mundo.

À primeira vista, suas idéias poderiam parecer uma retomada em forma extremada da doutrina trinitária pluralista e subordinacionista formulada na metade do séc. III por Dionísio de Alexandria. Esse incidente teológico (durante o qual o bispo alexandrino teria manifestado reservas em relação ao termo *homoousios*, posteriormente aceito por Nicéia) é, em geral, lembrado como um dos precedentes mais próximos da crise ariana, mas os seus contornos precisos estão longe de ser claros.⁴⁰

A teologia do *Logos* ariano se desenvolveu após uma extensa e progressiva construção trinitária e cristológica que, ao longo do tempo, adquire contornos cada vez mais refinados e relevantes. Nessa conjuntura, Ário, consciente ou inconscientemente, bebeu simultaneamente de três fontes aparentemente inconciliáveis: o rigor literalista de Luciano, o monarquianismo adocionista ou dinâmico de Paulo de Samósata e o subordinacionismo de Orígenes. O resultado foi uma síntese que, embora parecesse inovadora, carregava em si os pilares de uma controvérsia doutrinal de proporções conciliares.

Formado na Escola de Antioquia sob a orientação de Luciano, Ário absorveu uma doutrina subordinacionista que priorizava a encarnação do Filho na história, enfatizando assim uma hierarquia na divindade. Ao retornar a Alexandria, ele passou a pregar veementemente contra as visões que equiparavam o Pai e o Filho em termos de essência, influenciado pelo platonismo utilizado por Orígenes, embora radicalizasse essa herança ao extremo. Nesse contexto, Alexandre, bispo de Alexandria e líder da mais prestigiosa escola teológica do cristianismo no Oriente, confrontou-se diretamente com a propagação das ideias de Ário acerca da natureza do Logos.⁴¹ Ao retomar e intensificar as perspectivas subordinacionistas tanto de Orígenes quanto de seu mestre Luciano, Ário "progrediu" para um subordinacionismo que representava o ápice do extremismo teológico. Tal posicionamento não apenas rejeitava a noção de Geração Eterna defendida por Orígenes, mas também afirmava uma descontinuidade de hipóstases entre Jesus Cristo e o Pai, implicando, por extensão, uma fragmentação na unidade da Trindade como um todo.

Evidentemente, Ário descartava certas idéias de Orígenes, em especial sua

⁴⁰ ALBERIGO, Giuseppe (Org.). **História dos concílios ecumênicos**, p. 20.

⁴¹ IRVIN, Dale T.; SUNQUIST Scott W., **História do movimento cristão mundial**: do cristianismo primitivo a 1453, Vol I, p.224.

doutrina da geração eterna, e levava ao extremo o subordinacionismo origenista, reduzindo o Filho à condição de criatura. Ao fazer isso, ele estava percorrendo, a despeito de seu ponto de partida meticulosamente bíblico, um caminho inevitável traçado pelos preconceitos medioplatonistas por ele herdados.⁴²

A lógica da exegese subordinacionista de Ário, ao querer salvaguardar a transcendência absoluta do Pai através da mais estrita leitura histórico-gramatical Provérbios 8,22-31, postulava a subordinação hierárquica do *Logos* ao Pai, não apenas em termos funcionais ou econômicos – como apresentado anteriormente –, mas de modo ontológico.⁴³

Nesta análise de Ário, a perícopa de Provérbios 8,22-31 assume um papel central ao fundamentar a sua concepção hierárquica entre o Pai e o Filho, com este último posicionado em uma condição de subordinação ontológica ao primeiro. "Proverbios 8:22,23, como uma 'passagem de distinção', facilmente se torna uma passagem de subordinação; pois ela diz: 'O Senhor me criou' e 'fui formada desde a eternidade' ".⁴⁴ O bispo da Bitínia interpreta a passagem de modo literal, considerando a figura do *Logos* uma divindade subalterna. Essa leitura subordinacionista das Sagradas Escrituras assume expressão e desenvolve uma exegese que, por conta de suas premissas filosófico-teológicas, se afasta da perspectiva trinitária.

Ário propõe uma interpretação teológica marcada por pilares plotinianos, centrada no conceito de "*hipóstase*" do Uno absoluto de Plotino. Sob essa ótica, Deus é soberano e indivisível em essência, tornando inaceitável qualquer divisão que pudesse comprometer a unidade do ser de Deus. "Todo ser subsiste e é aquilo que é em virtude de sua 'unidade', a qual é superior ao ser, por que é sua causa. No vértice da realidade há uma hipóstase, o Uno-bem, capaz de dar unidade a todas as coisas, de infinita potência."⁴⁵ Tal divisão, argumenta Ário, inevitavelmente resultaria na fragmentação da monarquia divina. Nessa perspectiva, Ário entende que a encarnação de Cristo ocorre no âmbito temporal e a partir do nada, como uma *creatio ex nihilo*, posicionando Jesus como o ápice da obra criadora de Deus: o primogênito da criação, por intermédio do qual o restante do cosmos é instaurado. Assim, na visão de Ário, o *Logos* não se equipara ao Pai em divindade, pois, se assim fosse, significaria dizer que, na morte de Cristo, Deus morreria – uma ideia que lembra o patripassianismo, uma heresia modalista –, mas antes assume uma posição de subordinação, como um ser criado e dependente, intermediário entre o Criador transcendente e o mundo finito. Essa perspectiva não apenas reforça uma hierarquia ontológica na Trindade,

⁴² KELLY, J. N. D. **Patrística: Origem e desenvolvimento das doutrinas centrais da fé cristã**. São Paulo: Vida Nova, 1994, p. 175.

⁴³ PELIKAN, Jaroslav. **A tradição cristã: uma história do desenvolvimento da doutrina**. Vol. 1, p. 205.

⁴⁴ PELIKAN, Jaroslav. **A tradição cristã: uma história do desenvolvimento da doutrina**. Vol. 1, p. 203-204.

⁴⁵ REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da filosofia: filosofia pagã antiga, V. 1**, p. 355.

preservando a monarquia divina absoluta, evitando qualquer divisão de *hipóstase* do Uno plotiniano, mas também reflete sua oposição contra a cristologia apresentada em Alexandria.

Suas idéias estão ligadas a uma premissa fundamental, que é dada por Ário a partir da concepção da absoluta unidade e transcendência de Deus: só Deus é "princípio não-gerado" (*agénnetos arché*) e a essência da divindade não pode ser dividida e comunicada aos outros; aquilo que existe foi chamado ao ser a partir do nada. São essas teses sobre Deus, com as quais os próprios adversários concordavam, que levaram a ver no pensamento de Ário a expressão de um monoteísmo rígido, mais sensível às istâncias racionais da filosofia do que ao lado bíblico-querigmático.⁴⁶

1.6 As Implicações Soteriológicas

Uma vez estabelecida a subordinação do Filho, como, porém, tal leitura se articula à pesquisa das suas origens? Quais as suas consequências? Que obstáculos levantam à recepção ortodoxa? O grau de subordinação ontológica do Filho para com o Pai é muitas vezes um critério fundamental para avaliar a ortodoxia da doutrina da Trindade explícita ou implícita em diferentes autores. Doutrinas na qual o Filho é considerado subordinado ontologicamente e em essência, ou ontologicamente subordinado e funcionalmente igual, são comumente rotuladas de subordinacionistas, entre outros rótulos. O grau de subordinação do Filho é ao mesmo tempo uma das questões centrais da controvérsia, e a oposição do arianismo a uma Trindade Una e igual em essência são a base de forte oposição à doutrina da salvação proposta por Ário e a outros subordinacionistas.

A questão central dentro dessa perspectiva subordinacionista, consiste em saber se as considerações cristológicas de Ário são suficientemente extremadas para excluir a possibilidade de uma soteriologia realmente efetiva, e, portanto, eclesiástica e ortodoxa. A resposta é sim, pois, na perspectiva de Ário, Cristo era apenas como um modelo a ser seguido, por meio do qual poderíamos alcançar a salvação do Deus verdadeiro. O subordinacionismo, conforme apresentado por Ário, comporta consequências com potencial de comprometer não apenas a doutrina da Trindade, mas também a natureza da salvação.

Para Ário, era importante que a filiação de Cristo fosse por adoção, de modo que pudéssemos segui-lo e, assim, fôssemos igualmente adotados. Assim, 'o modelo central ariano foi o de uma criatura perfeita, cuja natureza permanecesse sempre humana e cuja posição estivesse subordinada e dependente da vontade do Pai'.⁴⁷

Diante da subordinação radical de Ário a consequência é devastadora: a humanidade não seria redimida pela própria Divindade, mas por um ser intermediário que não é co-substancial,

⁴⁶ ALBERIGO, Giuseppe (Org.). **História dos concílios ecumênicos**, p. 20.

⁴⁷ GONZALEZ, Justo L. **Uma história do pensamento cristão: do início até o Concílio de Calcedônia**. Vol. 1, p.257.

mas um modelo a ser seguido. Isso viola o princípio soteriológico, pois nenhuma criatura, por mais excelente que seja, pode conferir salvação eterna, que é atributo exclusivo do Ser Divino. A implicação de uma natureza subordinada não se limitaria à hierarquia ontológica entre Pai e Filho, mas estende-se à relação de Deus e seu plano de salvação. Como tal, provoca um funcionamento deficitário na sotériologia em que sem a natureza divino-humana de Cristo, e, portanto, a efetiva mediação se torna absolutamente impossível. Se o Filho é o único mediador entre Deus e os homens porque é homem e, ao mesmo tempo, Deus, a subordinação impõe a necessidade de um outro e mais alto mediador que não seja subordinado. Necessitando de um homem que seja um verdadeiro homem e também um verdadeiro Deus, sem isso, a redenção da queda ocorrida no Éden, para o ser humano, transforma-se numa mera ilusão.

O efeito da queda foi que o homem perdeu a imagem de Deus e debilitou-se na corrupção. Por isso, o objetivo básico da encarnação era sua restauração. 'Nenhum outro', diz Atanásio, 'poderia' restaurar um ser corruptível à incorrupção senão o Salvador, que no princípio fez tudo a partir do nada. Nenhum outro poderia recriar o homem de acordo com a imagem, senão Aquele que é a imagem do Pai. Nenhum outro poderia transformar um ser mortal em imortal, senão Aquele que é a própria vida, Nosso Senhor Jesus Cristo'⁴⁸

A subordinação extrema proposta pelo arianismo torna necessária uma renegação da natureza da salvação, no entendimento do Filho como mediador e na consubstancialidade com o Pai. O raciocínio ariano, baseado na incompreensibilidade da salvação, amplia o abismo entre ser humano e Deus, sem espaço para uma mediação eficaz. "[...] o arianismo minava a idéia cristã de redenção em Cristo, visto que o homem poderia ter esperança de restabelecer a comunhão com Deus somente se o próprio Mediador fosse divino."⁴⁹ A dificuldade de Ário não é apenas a de descrever a relação entre Pai e Filho como hierárquica: o problema de seu raciocínio é a dedução de que a essência divina do Filho é dissociável à do Pai.

1.7 A formulação da ortodoxia Cristã

O século IV da era cristã foi um tempo de mudança, por muitos motivos - políticos, sociais e eclesiológicos - é visto como um momento muito importante para o cristianismo, mostrando no que os cristãos acreditavam e, mais importante ainda, no que a Igreja Cristã estava perto de ver se tornar a ortodoxia cristã. O cristianismo tornou-se uma religião de prestígio dentro do império romano e com a converção do imperador Constantino, uma nova

⁴⁸ KELLY, J. N. D. **Patrística: Origem e desenvolvimento das doutrinas centrais da fé cristã**, p. 287.

⁴⁹ KELLY, J. N. D. **Patrística: Origem e desenvolvimento das doutrinas centrais da fé cristã**, p. 176.

força política estava no controle e ,com isso, a dinâmica religiosa da época está profundamente conectada ao império, um forte vetor de instabilidade e de ruptura social.⁵⁰

A controvérsia ariana surgiu e se desenvolveu durante a dinastia constantiniana, inicialmente de forma discreta e pouco perceptível, difundiu-se de modo quase silencioso, até que as opiniões de Ário, antes marginalizadas, começaram a ganhar projeção e adesão em diversos setores da Igreja. À medida que sua popularidade crescia, os bispos que consideravam tais ensinamentos heréticos e ameaçadores para a própria concepção da divindade de Cristo e da Trindade.⁵¹ Em paralelo, a Igreja respondeu por meio de sínodos regionais, buscando submeter a maioria do episcopado a uma formulação doutrinária mais precisa e coerente, ao mesmo tempo em que procurava reorientar os rumos da discussão em consonância com a tradição teológica alexandrina. Por fim, sem êxito e com o apoio do imperador, decidiram pela convocação de um concílio com a intenção de examinar e condenar essas ideias.

A ortodoxia cristã em resposta à controversia ariana, o Concílio de Nicéia (325 dC), ao responder ao subordinacionismo de Ário, não se limitou a uma defesa; foi uma definição clara dos fundamentos da fé cristológica. A necessidade de dogmatizar a divindade plena de Cristo e a unidade de essência com o Pai não exigiu apenas uma argumentação teológica rigorosa, mas também a elaboração de conceitos que cristalizassem a confissão apostólica contra a racionalização ariana. Nesse contexto, a formulação *homoousios* foi retomada como a essência do concílio. "Quando o credo designou Cristo como *homoousios*, também foi um ataque a Ário – na verdade, a própria arma que ele trouxera voltou-se diretamente contra ele."⁵²

A ortodoxia nicena responde claramente, entre outros pontos, à crença ariana de que o Filho é um ser distinto do Pai no que toca à essência. Os nicenos afirmam que o Filho é Deus no mesmo sentido em que o Pai é Deus. O Filho não é um ser criado, mas é em tudo semelhante ao Pai. Além disso, Ele não é inferior ao Pai em nada, mas como já foi tratado, é consubstancial ao Pai. Nesse contexto, destaca-se o cuidado que a ortodoxia teve e deve ter com a base da exegese bíblica – a questão do sentido e da hermenêutica dos textos. Ao demonstrar que o Filho é uma Divindade subordinada à do Pai e portanto o Filho não é *homoousios*, Ário não só marcou da história da teologia cristã mas também mudou

⁵⁰ GONZALEZ, Justo L. **Uma história do pensamento cristão: do início até o Concílio de Calcedônia**. Vol. 1, p.255.

⁵¹ IRVIN, Dale T.; SUNQUIST Scott W., **História do movimento cristão mundial: do cristianismo primitivo a 1453**, Vol I, p.224-225.

⁵² PELIKAN, Jaroslav. **A tradição cristã: uma história do desenvolvimento da doutrina**. Vol. 1, p. 213.

radicalmente o modo e forma de exegese aplicável aos textos da Sagrada Escritura. O Concílio de Nicéia respondendo a esse desafio hermenêutico "negativo" e afirmando a unidade de essência entre Pai e Filho, introduziu na história do cristianismo uma nova e mais ousada exegese que a partir de então se tornaria a ortodoxa. O Credo Niceno, portanto, apresenta-se da seguinte maneira:

Cremos em um só Deus, O Pai todo-poderoso, criador de todas as coisas visíveis e invisíveis; E em um só Senhor, Jesus Cristo, o Filho de Deus, gerado do Pai, unigênito isto é, da substância do Pai, Deus de Deus, luz da luz, verdadeiro Deus de verdadeiro Deus, gerado, não feito, de uma só substância com o Pai, pelo qual todas as coisas vieram a ser, coisas nos céus e coisas na terra, o qual, por nós, homens, e da nossa salvação, desceu e Se encarnou, tornando-Se homem, sofreu e ressuscitou ao terceiro dia, e subiu aos céus, E virá para julgar os vivos e os mortos; E no Espírito Santo. Mas, quanto àqueles que dizem, "tempo houve em que Ele não existia" e "antes de nascer Ele não era" e que Ele veio a existir a partir do nada, ou que afirmam que o Filho de Deus procede de uma hipóstase ou substância diferente, ou é criado, ou está sujeito a alteração ou mudança – a esses a Igreja Católica anatematiza. "Houve um tempo em que não era", e: "Antes de ser gerado não era", e que veio a ser do que não é, ou que dizem ser o Filho de Deus de uma outra hipóstase ou substância ou criado, ou mutável ou alterável, a eles anatematiza a Igreja católica.⁵³

Conclusão

Por conseguinte, durante o estudo do subordinacionismo ariano observamos, então, que o desenvolvimento das doutrinas sobre Cristo esteve muito ligado a um equilíbrio delicado entre a tradição bíblica, a herança filosófica as dinâmicas históricas e políticas. A tensão entre o monoteísmo judaico e a proclamação da divindade de Cristo gerou uma variedade de respostas teológicas, das quais o subordinacionismo representou um esforço significativo para preservar a unidade divina sem negar a filiação de Cristo.

A influência dos apologistas, a elaboração de Orígenes, a radicalização da Escola de Antioquia e o papel decisivo de Ário criaram uma narrativa que culminou na maior controvérsia doutrinária do Cristianismo. O Concílio de Niceia, ao afirmar que o Filho é da mesma substância que o Pai e condenar o arianismo, não apenas resolveu uma crise teológica, mas também marcou a consolidação da ortodoxia da fé cristã. Assim, o subordinacionismo nasce não apenas como uma heresia a ser combatida, mas como uma importante fase na reflexão cristológica que ajudou a impulsionar a definição da ortodoxia cristológica e trinitária. O debate entre Ário e Alexandre de Alexandria com suas repercussões evidenciam ainda hoje a complexidade das relações entre fé, razão, tradição e o impacto no

⁵³ KELLY, J. N. D. **Patrística: Origem e desenvolvimento das doutrinas centrais da fé cristã**, p. 175-176.

desenvolvimento das doutrinas religiosas.

A sistemática de Ário é fruto de um desenvolvimento teológico que se vai desenrolando ao longo da sua oposição a teologia alexandrina, mostrando a subordinação com um vocabulário próprio do neoplatonismo. Por fim, em última análise, um exame mais atento à construção cristológica em Ário mostra que o subordinacionismo é uma leitura presente e consistente da sua cristologia, mas que não é a única; além de outras abordagens, a própria obra de Ário é um todo complexo e em evolução que mostra uma reflexão mais profunda e ampla. Assim, um exame da natureza subordinacionista extrema em Ário é capaz de esclarecer as consequências da dependência do Filho em relação ao Pai e mostrar que a grande distância entre as duas *hipóstases* não é meramente ontológica, mas também soteriológica.

Concluindo, o estudo objetivou fundamentar e mostrar que as consequências do subordinacionismo para a relação entre Criação e Redenção, bem como para a natureza humana e a soteriologia, são igualmente relevantes, porque as interpretações arianas sobre a natureza de Cristo afetam a compreensão do cristianismo e a espiritualidade de suas comunidades.

Referências bibliográficas

ALBERIGO, Giuseppe (Org.). **História dos concílios ecumênicos**. Tradução de José Maria de Almeida. São Paulo: Paulus, 1995.

BÍBLIA. Almeida Revista e Atualizada. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/ara>. Acesso em: 9 set. 2025.

CHAMPLIN, R. N. **Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia**. 9. ed. São Paulo: Hagnos, 2008. v. II.

GONZÁLEZ, Justo L. **Tradições Cristãs: Retorno à História do Pensamento Cristão: três tipos de teologia**. São Paulo: Hagnos, 2011.

GONZALEZ, Justo L. **Uma história do pensamento cristão: do início até o Concílio de Calcedônia**. Vol. 1. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

GONZÁLEZ, Justo L. **História ilustrada do cristianismo: a era dos mártires até a era dos sonhos frustrados** – 2. Ed. São Paulo: Vida Nova, 2011.

IRVIN, Dale T.; SUNQUIST Scott W., **História do movimento cristão mundial: do cristianismo primitivo a 1453**, v. I, p.39

JOHNSON, Paul. **História do cristianismo**. Tradução de Cristina de Assis Serra. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2023.

KELLY, J. N. D. **Patrística: Origem e desenvolvimento das doutrinas centrais da fé cristã**. São Paulo: Vida Nova, 1994.

ORÍGENES. **Patrística: Tratado sobre os princípios**, vol. 30. São Paulo: Paulus, 2012.

PABLO A. Deiros. **História Global do Cristianismo**. 1ª ed. São Paulo: Editora Vida, 2020.

PELIKAN, Jaroslav. **A tradição cristã: uma história do desenvolvimento da doutrina**. Vol. 1. O surgimento da tradição católica (100-600). São Paulo: Shedd Publicações, 2014.

PRIETO, Christine. **Cristianismo e paganismo: a pregação do Evangelho no mundo greco-romano**. São Paulo: Paulus, 2007.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da filosofia: filosofia pagã antiga, V. 1** - São Paulo: Paulus, 2003.

SHELLEY, Bruce L. **História do cristianismo: uma obra completa e atual sobre a trajetória da igreja cristã desde as origens até o século XXI**. Tradução de Giulina Niedhardt. 1. ed. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2018.

WALKER, Williston. **História da Igreja Cristã**. 3. ed. Vol. 3. São Paulo: ASTE, 2006.